

**PARECER FAVORÁVEL, DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL A MANUTENÇÃO DO VETO PARCIAL DO EXECUTIVO MUNICIPAL A LEI Nº 1.520/2022, ORIGINADA DO PL Nº 120/2021 DE AUTORIA DO VEREADOR ANTÔNIO RICARDO PEREIRA DOS SANTOS (RICARDO BABÃO), QUE INSTITUI E INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA O “DIA SASHIRA CAMILLY - DIA DE LUTA CONTRA O FEMINICÍDIO” A SER COMEMORADO ANUALMENTE NO DIA 16 DE SETEMBRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

## **I – RELATÓRIO**

Foi encaminhado a esta Comissão para emissão de parecer, o VETO PARCIAL a Lei nº 1.520/2022, originada do PL nº 120/2021 de autoria do vereador Antônio Ricardo Pereira dos Santos (Ricardo Babão), que Institui e inclui no Calendário Oficial de Eventos do Município de Vitória da Conquista o “Dia Sashira Camilly - Dia de Luta contra o feminicídio” a ser comemorado anualmente no dia 16 de setembro e dá outras providências.

De autoria do Executivo Municipal, o veto 08\_2022 a Lei nº 1.520/2022, justificando em suas razões, que a proposição foge a competência da Câmara Municipal com fulcro nos Art. 46, III c/c Art. 74, I, c, da Lei Orgânica do Município, por versar sobre atribuições dos órgãos componentes da Administração Pública. O veto se dá especificamente ao texto integral do Artigo 3º, da supracitada Lei.

É o sucinto relatório. Passo a análise jurídica.

## **II – ANÁLISE JURÍDICA**

### **2.1. Da Competência e Iniciativa**

Nos termos do art. 53, §2º da Lei Orgânica, após a aprovação de Projetos de Lei na Câmara de Vereadores, compete ao Prefeito Municipal sancionar ou vetar os projetos no prazo de 15 dias úteis e comunicar a Câmara Municipal com o motivo do veto, no prazo de 48 horas.

O Projeto de Lei nº 120/2021 de autoria do vereador Antônio Ricardo Pereira dos Santos (Ricardo Babão), foi aprovado por unanimidade pelos vereadores desta Casa de Leis em Sessão Ordinária. Ocorre que, a Prefeita decidiu vetar parcialmente a proposição em seu Art. 3º, e encaminhou as razões de veto a esta Casa de Legislativa no prazo legal.

Desta forma, a CLJRF OPINA favorável a manutenção do veto na forma prevista na Lei Orgânica e no Regimento Interno desta Casa de Leis.

### **2.2. Das Razões do Veto**

O Veto “in examine”, encaminhado para apreciação desta Comissão, competindo-nos nesta oportunidade analisar a matéria vetada quanto aos aspectos constitucional, legal e jurídico.

Ao fazê-lo, verificamos que a Senhora Prefeita Municipal apresentou as razões do veto em conformidade com o disposto no artigo 74, I, c, da Lei Orgânica do Município, obedecendo, inclusive, ao prazo de quinze dias, contados da data do recebimento do projeto, de acordo com o § 2º do artigo 53 da supracitada Lei.

Assim sendo, em suas razões e no que compete a esta comissão examinar, demonstra configurado o óbice que impeça a aprovação da lei em exame, tendo em vista que a respeitável gestora invoca acertadamente o artigo de Lei que alicerça o presente Veto Parcial ao texto integral do artigo 3º, da supracitada Lei.

Assim, a Lei que sofreu o veto parcial, é acertadamente abarcada pelos Art. 46,III e 74, I, c, da LOM.

Por quanto exposto, diante da existência de óbices no Artigo 3º, da Lei 1.520/2022 e com embasamento sólido para a manutenção do veto da Respeitável Prefeita Municipal, vamos ao Parecer:

### **PARECER**

Considerando as razões fundamentadas, somos FAVORÁVEIS à manutenção do **VETO** parcial oposto a presente Lei. É o nosso parecer.

**Plenário Vereadora Carmem Lúcia, 03 de maio de 2022.**

### **Comissão de legislação, Justiça e Redação Final - CLJRF**

**Delegado Marcus Vinicius**  
Presidente

**Francisco Estrela Dantas Filho**  
Membro

**Valdemir Oliveira Dias**  
Membro

**Dr Albertto Barreto**  
OAB/SE 7752  
Proc. Jurídico das Comissões

**Gislane Dutra Aguiar**  
Secretária